

**HABEAS CORPUS Nº 461.049 - SP (2018/0185622-1)**

**RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
**IMPETRANTE : CARLOS ROBERTO PEREIRA DORIA**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : CARLOS ROBERTO PEREIRA DÓRIA (PRESO)**

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado de próprio punho por CARLOS ROBERTO PEREIRA DÓRIA apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Os autos dão conta de que "*o paciente cumpre pena em regime fechado, isso em face de 45 execuções que possui, com término de cumprimento de pena previsto para 05/08/2138*" (e-STJ fl. 207).

Nas razões do presente *writ*, o impetrante/paciente afirma que, "*no intuito de regularizar a execução e obter as comutações pretendidas [2005, 2010 e 2011], fez diversas cartas de próprio punho, solicitando auxílio a Defensoria Pública de São Paulo, bem como enviou o pedido para o Juízo da 1ª VEC de Araçatuba-SP, inclusive, impetrou uma ordem de habeas corpus ao Tribunal de origem, tudo, para requerer novo cálculo de pena, com redução em razão da comutação restabelecida pelo HC 234.363/SP, concedido pela egrégia Corte Superior de Justiça, porém não é atendido, tampouco os tais pedidos não aparecem nos registros das instâncias ordinárias, bem assim, a Defensoria não o auxilia, permanecendo no cárcere fechado à míngua da solução da questão*" (e-STJ fl. 6).

Por isso, requer "*a regularização da Execução - 663.569, do apenado impetrante no que diz respeito a redução das penas impostas nas 1ª à 4ª execução, pelos efeitos jurídicos das comutações das penas produzidos pelo Decreto 5295/04, em razão do restabelecimento da decisão concedida no HC 234363/SP por essa e. Corte Superior*" e "*que instaure o caderno processual para o deferimento da comutação do remanescente das penas impostas nas 1ª à 4ª execuções, com base nos decretos publicados nos anos de 2005, 2010 e 2011*" (e-STJ fl. 9).

O pedido liminar foi indeferido pelo Ministro Humberto Martins, à

época, Vice-Presidente, no exercício da Presidência (e-STJ fls. 30/32).

Foram prestadas as informações (e-STJ fls. 43/197 e 206/244).

O Ministério Público Federal, ao se manifestar, opinou pela concessão da ordem nos termos do parecer assim ementado (e-STJ fl. 199):

*HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. COMUTAÇÃO DE PENA. DESNECESSIDADE DE EXAME CRIMINOLÓGICO, PORQUANTO NÃO PREVISTO COMO CONDIÇÃO PARA O DEFERIMENTO DO BENEFÍCIO, CUJOS CRITÉRIOS DEVEM ESTAR PREVISTOS, EXCLUSIVAMENTE, NO DECRETO PRESIDENCIAL. PRECEDENTES DESSA CORTE SUPERIOR.*

*- PELA CONCESSÃO DA ORDEM.*

Instada, a Defensoria Pública do Estado de São Paulo, consignando que, "*conforme informações prestadas, porém, o MD. Juízo Execucional de primeiro grau assegurou que houve a atualização do cálculo após a concessão da comutação (e-STJ, fls. 207). Ademais, a análise sobre cálculo de penas, depende de consulta pormenorizada do processo execucional, situação que não é possível de ser feita nesses autos*", requereu, caso não seja concedida a ordem de ofício, que "*a presente petição seja encaminhada ao juízo de execuções penais de Araçatuba-SP, responsável pela execução penal do paciente para análise do seu processo, e para tomada de eventuais providências, e benefícios, com vista à Defensoria Pública local*" (e-STJ fl. 253).

É, em síntese, o relatório.

Consoante as informações prestadas pelo Juízo da 1ª Vara das Execuções Criminais e Anexo do Júri da Comarca de Araçatuba/SP, verifica-se que "*o cálculo de penas foi atualizado após a concessão da ordem de habeas corpus que restabeleceu a decisão de primeiro grau que havia concedido a comutação de penas com base no Decreto nº 5.295/2004*" e que "*não consta dos autos de execução pedido de comutação de penas, de livramento condicional e de progressão ao regime semiaberto pendente de apreciação*" (e-STJ fl. 207).

Nessas circunstâncias, não há como conhecer do presente *habeas corpus*, seja porque ausente o interesse de agir, uma vez que, ao contrário do apontado na petição inicial, os efeitos jurídicos decorrentes da comutação de penas concedida com

base no Decreto n. 5.295/2004 já se fizeram presentes, seja porque a análise da questão relativa à concessão da comutação de pena com base nos decretos de 2005, 2010 e 2011 não foram tratadas pelas instâncias ordinárias, o que impede sua apreciação diretamente por esta Corte, sob pena de indevida supressão de instância.

Ante o exposto, **não conheço** do *habeas corpus*. Contudo, determino o encaminhamento de cópia dos presentes autos à Defensoria Pública do Estado de São Paulo, com atuação perante o Juízo da Vara de Execuções Criminais responsável pela execução da pena do impetrante/paciente, para que requeira o que entender de direito.

Encaminhe-se cópia da presente decisão ao impetrante/paciente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de fevereiro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
Relator